

Mary Wollstonecraft, Nísia Floresta, Sophia e a escrita em defesa dos direitos das mulheres

Mary Wollstonecraft, Nísia Floresta, Sophia and writing in defense of women's rights

Luma Pinheiro Dias

Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Bolsista FAPPEPI. E-mail: luma_pd@hotmail.com

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB-UFPI). E-mail: teresinhaqueiroz@bol.com.br

Resumo: Este artigo analisa as relações intelectuais e as apropriações realizadas pela educadora e escritora brasileira Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), no que diz respeito às obras de Mary Wollstonecraft (1759-1797) e de Sophia, a partir da defesa dos direitos das mulheres. Considerando que a educação feminina tinha por objetivo reforçar os padrões sexuais nos séculos XVIII e XIX, no Brasil e na Europa, a escrita feminina constituiu elemento de desordem social. As escritoras supracitadas elaboraram, cada uma a seu tempo, tratados em defesa dos direitos das mulheres, que reconheciam no aperfeiçoamento da educação feminina instrumento de valorização social para seu sexo. A atuação de Wollstonecraft é observada a partir de sua biografia e da obra *Reivindicação dos direitos das mulheres* (Londres, 1792); da autoria de Sophia, aborda-se a obra *Woman not inferior to man* (1739) e de Nísia Floresta, consideram-se as obras *Direito das mulheres e injustiça dos homens* (Brasil, 1853) e *Opúsculo humanitário* (Brasil, 1853). Michel de Certeau (1982), Roger Chartier (1990), Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke (1996; 2020), Constância Lima Duarte (1998) e Eileen Hunt Botting e Charlotte Hammond Matthews (2014) oferecem contribuições relevantes para o estudo dessas relações.

Palavras-chaves: Mary Wollstonecraft. Nísia Floresta. Educação feminina. Direito das mulheres.

Abstract: This article analyzes the intellectual relations and appropriations made by the Brazilian educator and writer Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) with regard to the works of Mary Wollstonecraft (1759-1797) and Sophia, based on the defense of the rights of women. Considering that female education aimed to reinforce sexual standards in the 18th and 19th centuries, in Brazil and Europe, female writing was an element of social disorder. The aforementioned writers elaborated, each one in their own time, treatises in defense of women's rights, which they recognized in the improvement of female education as an instrument of social appreciation for their sex. Wollstonecraft's performance is observed from his biography and the work *Vindication Women's Rights* (London, 1792); from Sophia, the work *Woman not inferior to man* (1739) is adopted; by Nísia Floresta, we consider the works *Direito das mulheres e injustiça dos homens* (Brasil, 1853) and *Opúsculo humanitário* (Brasil, 1853). Michel de Certeau (1982), Roger Chartier (1990), Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke (1996; 2020), Constância Lima Duarte (1998) and Eileen Hunt Botting and Charlotte Hammond Matthews (2014) offer relevant contributions to the study of these relationships.

Keywords: Mary Wollstonecraft. Nisia Floresta. Female education. Women's right.

Dionísia Gonçalves Pinto, sob o pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta, é reconhecida pelo seu empenho em defesa da educação feminina nos Oitocentos. Nascida em Papari, Rio Grande do Norte, em 1810, a escritora e educadora viveu em diferentes províncias do Brasil, como Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Também viajou e morou em países europeus, como França, Inglaterra e Alemanha.

Autora de dezenas de títulos, entre artigos e ensaios publicados em livros e jornais, Nísia Floresta desafiou os padrões sexuais de seu tempo, ao exemplificar que a mulher possuía intelecto e capacidade argumentativa, considerando que a maioria de seu sexo estava limitada ao ambiente doméstico e aos papéis de filha, esposa e mãe. A educação destinada às meninas reforçava o lugar que elas ocupariam e as funções que exerceriam na vida adulta, com aulas de noções básicas de língua e operações matemáticas simples, costura, cozinha, dentre outras (DIAS; QUEIROZ, 2021).

Nísia Floresta utilizou a escrita como instrumento para reivindicar a melhoria da educação feminina nos Oitocentos, expondo em suas publicações modelos que considerava mais adequados ao objetivo de transformar a mulher em agente do progresso da humanidade, juntamente com os homens. Por ter sido uma das primeiras mulheres no Brasil a se posicionar dessa maneira, Nísia Floresta é conhecida como a pioneira do movimento feminista no país (SOHIET, 2005; BOTTING; MATTHEWS, 2014; DIAS, 2017).

O seu pioneirismo está associado, não somente ao projeto em defesa da educação feminina proposto em suas produções, mas também a sua relação com a obra de Mary Wollstonecraft, considerada uma das primeiras escritoras a defender a igualdade de direitos entre homens e mulheres ainda no século XVIII. Assim, “Wollstonecraft desenvolveu uma justificação teológica racional para a ideia de que as mulheres tinham direitos iguais aos dos homens” (BOTTING, 2016: 1),¹ especialmente em *Reivindicação dos direitos das mulheres*, publicado em 1792, e subsequentemente traduzido por Nísia Floresta, em 1832, como *Direito das mulheres e injustiça dos homens* (1832).

Nesse sentido, este artigo propõe a análise da relação entre as obras de Nísia Floresta, Mary Wollstonecraft e Sophia,² considerando as aproximações e distanciamentos entre a vida e a produção dessas escritoras, especialmente das duas primeiras. Para isso, são consideradas as obras *Direito das mulheres e injustiça dos homens* e *Opúsculo humanitário* (1853) da autora brasileira, *Reivindicação dos direitos das mulheres* (1792) da escritora Wollstonecraft, e *Woman not inferior to man* (1739), da assinada por Sophia. A partir desses títulos é possível inferir que Nísia Floresta teve contato com a escrita das autoras inglesas. Além dessas, são utilizadas fontes bibliográficas que colaboram para o entendimento dos contextos sociais e históricos em que essas obras tiveram sua produção e circulação.

Quanto à análise das fontes, é relevante considerar o lugar social e institucional ocupado

1. “Wollstonecraft developed a rational theological justification for the idea that women held equal rights alongside men”.

2. A identidade de Sophia, pseudônimo utilizado na publicação de *Woman not inferior to man* (1739), não está esclarecida. Paulo Margutti (2017) sugere tratar-se de Mary Wortley Montagu (1689- 1762) ou Sophia Fermor (1721? 1724?-1745).

por seus produtores, uma vez que todas são elaboradas partindo de condições possíveis e de interesses particulares (CERTEAU, 1982: 56-104). Sob esse ponto de vista, são observados os discursos de Nísia Floresta, Mary Wollstonecraft, Sophia e possíveis interlocutores contrários à escrita e educação feminina. Enquanto as escritoras objetivavam a elevação social de seu sexo, seus opositores externavam o receio da desordem social causada por essa possibilidade.

Roger Chartier (1990) oferece contribuições importantes para a construção deste texto, ao sugerir que os discursos são representações do mundo social, pautadas em interesses particulares. Nísia Floresta escreve com objetivos bem definidos e para leitores específicos. Através de sua escrita, informa a sua representação sobre a mulher nos Oitocentos, elaborando interlocuções com a realidade observada e construindo uma interpretação baseada em suas experiências e leituras.

Para discutir as aproximações e distanciamentos entre as produções de Nísia Floresta, Mary Wollstonecraft e Sophia, utiliza-se o conceito de apropriação proposto por Chartier (1990). As escritas de Wollstonecraft e Sophia suprimiram as distâncias temporais e espaciais com relação à brasileira, provável leitora de suas predecessoras, ressignificando suas ideias de acordo com suas vivências.

Além de ter o nome relacionado ao de Wollstonecraft a partir da publicação de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, Nísia Floresta também compartilhou ideias com a filósofa inglesa, uma vez que ambas elaboraram projetos em defesa da valorização social da mulher e ressaltavam a necessidade de modificar a educação feminina. Nesse sentido, os argumentos de Wollstonecraft estão expostos em sua *Reivindicação dos direitos das mulheres*, enquanto os de Nísia Floresta podem ser observados em seu *Opúsculo humanitário*, o que justifica a escolha por analisar esses textos.

Mary Wollstonecraft nasceu em 27 de abril de 1759, em Londres, “segunda filha de uma família de sete” (GORDON, 2020: 31). A família mudou-se para Beverley, onde, aos 11 anos, Wollstonecraft acreditou que poderia receber uma educação melhor, semelhante àquela recebida pelos irmãos. No entanto, ela e as irmãs, Eliza e Everina, “descobriram que seu currículo seria limitado às artes da costura e somatória simples. Mary ficou furiosa. A lista do que elas não aprenderiam era interminável” (GORDON, 2020: 37-38).

Contudo, o desejo por uma educação melhor foi suprido aos 15 anos, quando a família se mudou para Hoxton, e Mary Wollstonecraft conheceu o pastor Henry Clare e sua esposa, com quem passou a conviver, tendo acesso ao gabinete de estudos da residência. Através do pastor, teve contato com as ideias de John Locke, que inspiraram parte de seus argumentos futuros (GORDON, 2020). De acordo com Gordon (2020: 59):

Agora, depois de ler Locke, ela tinha um fundamento ético para suas impressões. Não era apenas seu direito de escolher e conduzir o próprio futuro; esse era um direito de todos. Na realidade, o contrato social de Locke fazia com que protestar parecesse a única resposta racional à injustiça; destruir a tirania era obrigação da humanidade; um governo que não protege a liberdade das pessoas é ilegítimo. Um pai que maltrata a esposa e os filhos perde seu poder.

Através da Sra. Clare, conheceu aquela que considerou sua melhor amiga, Fanny Blood.

“Em pouco tempo, Mary começou a sonhar com um novo futuro, um futuro que permitiria cortar relações com a família sem se casar: ela e Fanny morariam juntas, em um lugar onde poderiam ler e estudar sem interrupções e viver como iguais” (GORDON, 2020: 61). Após a morte da mãe, Elizabeth Wollstonecraft, em 1782, ela foi morar com a amiga e sua família.

Em 1783, sua irmã Eliza, pouco depois de dar à luz, precisou dos seus cuidados. Ao encontrá-la e constatar que era maltratada pelo marido, planejou uma fuga, deixando para trás a criança. Essa experiência reforçou o desejo de abrir uma escola. Ela acreditava que: “Ensinar garotas a cultivar a mente e o corpo a fim de poderem se tornar independentes ajudaria a criar uma sociedade em que esposas fossem capazes de se defender e mulheres solteiras pudessem existir à sua própria maneira” (GORDON, 2020: 89).

Com a ajuda de Hanna Burgh, viúva do educador e escritor James Burgh, Mary Wollstonecraft fundou uma escola em Newington Green, em 1784, junto com as irmãs Everina e Eliza, e a amiga Fanny (GORDON, 2020). Ali teve contato com o reverendo Richard Price, “filósofo e ministro da igreja dissidente da Inglaterra”, “um antiescravista, republicano e defensor da revolução francesa, foi muito importante para a carreira de Mary e, por intermédio dele, ela conheceu Samuel Johnson, seu futuro editor” (MIRANDA, 2015: 9).

Em 1785, a escola, que recebia meninos e meninas de faixas etárias diversas, sofreu os efeitos da ausência momentânea de Mary, que viajara a Portugal para socorrer Fanny, que, com a saúde fragilizada em consequência de um parto, morreu dentro de poucos dias. A dor da perda precoce de sua melhor amiga tornou-se irremediável, impactando, depois, diretamente o funcionamento da instituição gerenciada por Wollstonecraft (GORDON, 2020).

De volta à Newington Green, a sra. Burgh já decidira pelo fechamento da escola. Com as dívidas acumuladas pelo empreendimento, Wollstonecraft foi incentivada pelo amigo, John Hewlett, a registrar suas ideias em um livro. Assim, “Mary começou a escrever. Ela queria mostrar ao mundo como era difícil para mulheres solteiras conseguir o próprio sustento”, afinal, “ela se perguntava por que as opções das mulheres eram tão restritas. Isso era ruim, não só para as mulheres: era ruim para o mundo” (GORDON, 2020: 112). Seu primeiro escrito foi *Thoughts on the education of daughters: with reflections on female conduct, in the more important duties of life*, publicado em 1787.

O conteúdo do manuscrito despertou o interesse do editor Joseph Johnson, por estar de acordo com as discussões a respeito da educação feminina da época, visto que alguns defendiam que uma mãe educada de maneira inadequada poderia criar para a sociedade filhos mimados e egoístas. O editor ofereceu dez libras para Wollstonecraft pelo manuscrito e prometeu analisar futuras obras para publicação, despertando nela o sonho de seguir a carreira de escritora (GORDON, 2020).

Wollstonecraft ainda precisava manter-se financeiramente e manter também suas irmãs solteiras e arcar com o pagamento de dívidas, daí porque aceitou trabalhar como governanta da casa do Visconde de Kingsborough, na Irlanda (MIRANDA, 2015). Na mesma época, iniciou a leitura de *Emílio*, de Rousseau e, embora sentisse admiração pelo filósofo, especialmente pela importância dada às emoções e à liberdade política, não concordava com a descrição que ele fazia das mulheres (GORDON, 2020). “Mary reclamava que Sophie, a heroína de Rousseau em

Emílio, existia tão somente em benefício do herói, e que seu único papel era desejar e ser desejada, atrair e encantar” (GORDON, 2020: 120).

Como resposta a Rousseau, Wollstonecraft passou a se dedicar a escrita de seu romance, *Mary*, cuja heroína “não seria uma ‘Sophie’, mas uma mulher ‘com grande capacidade de raciocínio’, uma personagem diferente daquelas geralmente retratadas por romancistas do sexo masculino” (GORDON, 2020: 121). A semelhança entre a protagonista e a escritora ia além do nome: o pai abusivo, uma melhor amiga que morreu em Lisboa, além da mãe com as características de lady Kingsborough, de quem ela discordava acerca da educação dada às filhas (GORDON, 2020).

Em 1787, Wollstonecraft terminou o primeiro esboço do romance e, após discutir constantemente com sua senhora, foi demitida, vendo-se livre novamente. Diante da experiência, “ela nunca mais se permitiria trabalhar em situação tão degradante: estava decidida a ganhar a vida com sua escrita” (GORDON, 2020: 133). Ao retornar a Londres, contou com o apoio de seu editor e amigo Johnson, que lhe deu abrigo e garantias de que publicaria regularmente os seus escritos, o que viria a lhe permitir meios de sobrevivência (GORDON, 2020).

Em 1788, dois livros de Wollstonecraft foram publicados por Johnson: *Mary* e *Original stories from real life*, que se tornaram, no dizer de Gordon “uma obra essencial de literatura de aconselhamento sobre o desenvolvimento moral infantil por quase cinquenta anos” (2020: 141). Nesse mesmo ano, Wollstonecraft passou a trabalhar como tradutora de livros estrangeiros, como *The significance of religious theories* de Jacques Necker, e *Elements of morality for the use of children* de C. G. Salzman (MIRANDA, 2015). Quando discordava dos argumentos originais dos autores, Wollstonecraft modificava ou omitia trechos inteiros (GORDON, 2020).

Aos 29 anos de idade, passou a escrever críticas literárias na revista *Analytical Review*, de Johnson. A revista era publicada mensalmente e era vista pelos conservadores como um perigoso veículo de ideias radicais. Wollstonecraft ignorou a suposição de que mulheres não deveriam publicar nesses espaços e utilizou a escrita para criticar livros e seus autores. Suas censuras concentravam-se, principalmente, nos romances. Essa visão crítica quanto aos romances está presente em sua *Reivindicação* (1792), quando associa esse gênero à deficiência moral de homens e mulheres que se deixam guiar por falsos sentimentos, ao invés da razão. Wollstonecraft usava a assinatura M.W. para se proteger dos ataques aos seus argumentos, por se tratar de uma mulher (GORDON, 2020).

Naquele período, a França passava por dificuldades financeiras e políticas, sendo objeto de debates entre intelectuais ingleses, incluindo Wollstonecraft. “Para Mary, os revolucionários da França proclamavam os ideais que lhe eram mais caros: o repúdio à tirania e a emancipação dos pobres e oprimidos” (GORDON, 2020: 167). Envolvida nas discussões a respeito dos eventos e ideias que viriam a compor a Revolução Francesa, Wollstonecraft escreveu uma crítica ao discurso de Richard Price, seu amigo de longa data.

Em resposta a Price, Edmund Burke escreveu *Reflexões sobre a Revolução da França* (1790), causando a ira de Wollstonecraft, que se viu no dever de defender Price (MIRANDA, 2015; GORDON, 2020). “Ela ficou indignada com o fato de que esse defensor da liberdade estivesse agora lançando argumentos contrários à maior revolução de todos os tempos (GORDON, 2020:

171). A defesa veio em forma de livro: Wollstonecraft publicou, anonimamente, *A reivindicação dos direitos dos homens* (1790). O sucesso da primeira edição levou à publicação de uma segunda e, dessa vez, Wollstonecraft assinou como autora, se estabelecendo como escritora política (MIRANDA, 2015).

Após lidar com as críticas e os ataques recebidos, ao revelar sua identidade, Wollstonecraft dedicou-se a escrever o livro seguinte, intitulado *Reivindicação dos direitos das mulheres*, editado e vendido a partir de janeiro de 1792. Conforme Gordon (2020: 194):

Da primeira à última página, Mary enfatizava que a liberdade das mulheres devia ser uma preocupação de todos. Na realidade, ela escreveu *Reivindicação dos direitos da mulher* (sic) para leitores que conhecessem teoria política e fossem versados nela – e, em 1791, esse público era formado por homens, e não por mulheres.

Assim como *A reivindicação dos direitos dos homens*, *Reivindicação dos direitos das mulheres* esgotou rapidamente e teve uma segunda edição. Essa foi dedicada a Charles Maurice de Talleyrand-Périgord³, que apresentou propostas, quanto a educação das mulheres em seu *Relatório sobre educação pública* (1791), desapontando Wollstonecraft. Em seu *Relatório*, Talleyrand (1791: 120-121), afirma:

Não busquemos mais, portanto, a solução de um problema suficientemente resolvido; eduquemos as mulheres, não para aspirar às vantagens que a Constituição lhes nega, mas para conhecer e apreciar aquelas que ela lhes garante: em vez de fazê-las desdenhar da parcela de bem-estar que a sociedade lhes reserva em troca de importantes serviços que pede deles, ensinemos-lhes que é a verdadeira medida dos seus deveres e dos seus direitos [...]. A casa paterna é melhor para a educação das mulheres; eles têm menos necessidade de aprender a lidar com os interesses dos outros do que de se acostumar a uma vida calma e retraída. Destinado ao cuidado interior, é no seio da família que deve receber as primeiras lições e os primeiros exemplos. Os pais e mães, advertidos deste sagrado dever, sentirão a extensão das obrigações que ele impõe: a presença de uma jovem purifica o lugar que ela habita, e a inocência comanda aquilo que a rodeia, o arrependimento ou a virtude. Que todas as suas instituições, portanto, concentrem a educação das mulheres neste asilo doméstico: não há nenhuma que se adapte melhor à modéstia e que prepare para ela hábitos mais doces.⁴

3. Francês, nascido em 1754, atuou como Bispo de Autun de 1788 a 1791. Abandonou o cargo para se dedicar a atividades políticas. Atuou como administrador do departamento de Paris e prestou serviço aos Estados Gerais, à Assembleia Constituinte e à Assembleia Nacional. Conheceu Wollstonecraft em 1792, entre a publicação da primeira e da segunda edição de *Reivindicação dos direitos das mulheres* (MIRANDA, 2015).

4. “Qu’on ne cherche donc plus la solution d’un problème suffisamment résolu; élevons les femmes, non pour aspirer à des avantages que la Constitution leur refuse, mais pour connoître et apprécier ceux qu’elle leur garantit: au lieu de leur faire dédaigner la portion de bien-être que la Société leur réserve en échange des services important qu’elle leur demande, apprenons-leur qu’elle est la véritable mesure de leurs devoirs et de leurs droits (...). La maison paternelle vaut mieux à l’éducation des femmes; elles ont moins besoin d’apprendre à traiter avec les intérêts d’autrui, que de s’accoutumer à la vie calme et retirée. Destinées aux soins intérieurs, c’est au sein de leur famille qu’elles doivent en recevoir les premières leçons et les premiers exemples. Les pères et mères, avertis de ce devoir sacré, sentiront l’étendue des obligations qu’il impose: la présence d’une jeune fille purifie le lieu qu’elle habite, et l’innocence commande à ce qui l’entoure, le repentir ou la vertu. Que toutes vos institutions tendent donc à concentrer l’éducation des femmes dans cet asyle domestique: il n’en est pas qui convienne mieux à la pudeur, et qui lui prépare de plus douces habitudes”.

Na dedicatória de *Reivindicação dos direitos das mulheres*, Wollstonecraft (2015: 22) indaga:

Considere, me dirijo a sua função de legislador, se, quando os homens lutam por sua liberdade e são permitidos a julgar por si mesmos a respeito de sua própria felicidade, não seria inconsistente e injusto subjugar as mulheres, mesmo que o senhor firmemente acredite que esteja agindo da maneira bem calculada para promover a felicidade dos mesmos? Quem fez o homem juiz exclusivo, se a mulher compartilha com ele a dádiva da razão? Dessa maneira, argumentam os tiranos de toda denominação, desde o rei fraco até o fraco pai de família, eles estão todos ávidos para esmagar a razão; mesmo que eles sempre afirmem que usurpam o trono apenas para serem úteis. O senhor não assume o mesmo papel quando força todas as mulheres, negando-lhes seus direitos civis e políticos, a permanecerem presas em seus grupos familiares, no escuro?

Em sua *Reivindicação dos direitos das mulheres*, Wollstonecraft dialoga, ainda, com Adam Smith, John Milton, Francis Bacon, Alexandre Pope, James Fordyce, James Hervey, dentre outros. Suas críticas mais duras são direcionadas a Rousseau e John Gregory, como é o caso da afirmação de que eles “têm contribuído para tornarem as mulheres mais artificiais, personagens mais fracas do que seriam em outro contexto; e, conseqüentemente, membros mais inúteis da sociedade” (WOLLSNECRAT, 2015: 45).

Quanto à repercussão da obra, Gordon (2020) assevera que as críticas a Rousseau a fizeram perder o apoio de liberais. Ela já não era apreciada pelos conservadores, que atacavam sua moral e a consideravam um perigo para a unidade da família. No entanto, “as críticas que realmente a irritavam eram os comentários direcionados ao estilo de sua escrita – sua obra era dispersa, desorganizada e sem uniformidade, diziam críticos hostis” (GORDON, 2020: 199).

No final de 1792, Wollstonecraft foi para a França com o objetivo de testemunhar e documentar os eventos da revolução, e enviava escritos para serem publicados na *Analytical Review*. Lá ela conheceu Gilbert Imlay, “galanteador, veterano da Revolução Americana, especulador de terras em busca de dinheiro rápido, filósofo amador, escritor, e dizem alguns, espião” (GORDON, 2020: 249). O encantamento mútuo levou a encontros apaixonados, sem o compromisso do casamento. No entanto, com a intensificação do controle jacobino sobre a cidade, Imlay a registrou como sua esposa na embaixada norte-americana, como forma de protegê-la das autoridades francesas (GORDON, 2020).

Em 1793, Mary Wollstonecraft descobriu estar grávida, momento em que a situação na França se tornava mais grave, com o cerceamento dos direitos das mulheres. Imlay viajara a negócios e após seu retorno, o casal foi morar em Le Havre, Alta Normandia, onde ela se dedicou a terminar seu escrito sobre a revolução. Em maio de 1794, nasceu Fanny, que recebeu este nome em homenagem à falecida melhor amiga de Mary Wollstonecraft, Fanny Blood. Em dezembro do mesmo ano, ela publicou *An historical and moral view of the origin and progress of the French Revolution*, sobre o qual, Gordon (2020: 278), afirma:

[...] constitui uma articulação mais madura de suas ideias do que *Reivindicação dos direitos das mulheres*; nele, ela discutia não apenas suas teorias sobre liberdade natural e justiça social como também enfatizava a importância da ciência política como disciplina de estudo e o papel positivo que o cientista político pode desempenhar na melhoria da condição humana. Não obstante, apesar

de sua visão, essa obra inovadora é a menos conhecida entre todos os seus trabalhos, uma ironia que ilustra como Wollstonecraft não tem sido adequadamente considerada pela história.

Em abril de 1795, Mary Wollstonecraft retornou a Londres com sua filha, indo ao encontro de Imlay. Os problemas entre ambos a levaram a tentar suicídio, o que assustou o companheiro já ausente na maior parte do tempo. Pouco depois, foram para a Escandinávia, retornando para Londres em setembro, onde ela tentou suicídio novamente (MIRANDA, 2015).

Recuperada, dedicou-se a escrever um livro que reunia suas experiências na Escandinávia, “seria um registro de viagens e reflexões, uma observação e uma autoanálise” (GORDON, 2020: 352). O livro publicado, em janeiro de 1796, recebeu o título de *Letters written during a short residence in Sweden, Norway, and Denmark*. De acordo com Gordon (2020), o livro vendeu rapidamente, conquistando os leitores e garantindo um lucro maior que os anteriores. Além disso, foi traduzido para o alemão, holandês, sueco e português.

Em março de 1796, Wollstonecraft separou-se definitivamente de Imlay e reencontrou William Godwin, com quem tivera contatos anteriores intermediados por amigos. O envolvimento de ambos culminou com o casamento em 1797. “O *The Times* havia publicado a notícia: ‘O sr. Godwin, autor de um panfleto contra o matrimônio’, casou-se com ‘a famosa sra. Wollstonecraft, que escreveu em defesa dos direitos da mulher’” (GORDON, 2020: 429-430). No dia 30 de agosto do mesmo ano, nasceu a filha do casal, Mary Wollstonecraft Godwin, futura Mary Shelley, autora de *Frankstein*. Devido a complicações no parto, Wollstonecraft morreu, em 10 de setembro, aos 38 anos.

Godwin decidiu homenagear a memória de sua esposa, por considerá-la relevante demais para ser esquecida. Assim, publicou, em 1798, *Obras póstumas*, bem como uma biografia, com o título de *Memórias sobre a autora de Reivindicação dos direitos das mulheres*. Conforme Gordon (2020: 503):

O resultado foi um livro de leitura tão rápida quanto um drama gótico, e não um estudo analítico. Mary sofre nas mãos do pai despótico, apaixonou-se por Fuseli e foge para a França a fim de esquecer a rejeição dele. Ela permanece na França durante o Terror por causa de sua grande paixão por Imlay, tem uma filha fora do casamento e tenta se suicidar duas vezes. Apenas no fim da vida ela encontra a felicidade. E essa felicidade, obviamente, se deu ao lado de Godwin.

No entanto, se o desejo de Godwin era homenagear Wollstonecraft e demonstrar que não sentia vergonha de seu passado pouco convencional para a época, as *Memórias* geraram o efeito inverso: fizeram com que a produção intelectual de Wollstonecraft fosse reduzida aos escândalos de sua vida. De acordo com Botting e Matthews (2014: 66), a repercussão das *Memórias* tornou Wollstonecraft “um conto moral antirrevolucionário sobre como os direitos das mulheres levariam à imoralidade sexual e à infidelidade religiosa”.⁵ Nesse sentido, é compreensível que a reputação de Wollstonecraft não fosse das melhores, no início do século XIX.

Antes da publicação de *Direito das mulheres e injustiça dos homens* como uma tradução li-

5. “An anti-revolutionary morality tale for how women’s rights would lead to sexual immorality and religious infidelity”.

vre da *Reivindicação* de Wollstonecraft por Nísia Floresta, em 1832, o nome da escritora inglesa já circulava entre as autoridades brasileiras. Conforme demonstram Botting e Matthews (2014), durante as discussões sobre o ensino primário público no Brasil ocorridas no Senado em 1827, o Visconde de Cairu recorreu ao nome de Wollstonecraft para exemplificar o perigo de educar mulheres.

Quando Nísia Floresta publicou *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, afirmou que o livro é de “Mrs. Gowin (sic), traduzido livremente do francês para o português e oferecido às brasileiras e acadêmicos brasileiros por Nísia Floresta Brasileira Augusta” (FLORESTA, 1989: 21). Sobre isso, Adauto da Câmara (1941: 79) afirmou:

Nísia Floresta foi, no Brasil, a precursora da reabilitação social da mulher. Toda a sua obra de escritora e de educadora revela sua paixão por este ideal, a que se consagrou desde os 23 anos, quando traduziu o livrinho de Mrs. Godwin. Seu feminismo era então restrito à elevação da mulher pela instrução, pela educação e pelo trabalho. Os objetivos políticos teriam que vir depois [...].

A partir da década de 1990, essa edição passou a ser objeto de debates acerca de sua verdadeira autoria, pois, apesar de ser atribuído à Mary Wollstonecraft, não se tratava do mesmo texto. Os questionamentos foram levantados primeiramente por Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke (1996) no ensaio *A Mary Wollstonecraft que o Brasil conheceu*, ou a travessura literária de Nísia Floresta, no qual afirma que a obra da brasileira seria o plágio de outro texto.

Pallares-Burke explica que sua pesquisa estava originalmente direcionada para a análise da tradução feita por Nísia Floresta. No entanto, de acordo com a autora:

A análise sistemática dos dois textos mostrou, desde o início, aspectos um tanto intrigantes. Afora lugares-comuns presentes em textos feministas do século XVIII, não se percebia, no cotejo, nenhuma outra semelhança mais significativa. [...] Dessa análise comparativa o que, na verdade, sobressaía, era que, a despeito de os dois textos pertencerem, por assim dizer, à mesma ‘família’ feminista, não parecia haver entre eles a filiação que uma tradução, mesmo que livre, deveria implicar (PALLARES-BURKE, 1996: 169-170).

Um dos elementos que chamou sua atenção foi a ausência de menções a Jean-Jacques Rousseau, presença constante nos argumentos apresentados por Wollstonecraft em sua *Reivindicação*. Além da constatação de diferenças evidentes entre os textos analisados, Pallares-Burke afirma ter se recordado de outro texto que se assemelhava ao que foi editado por Nísia Floresta. Tratava-se de *De l'Égalité des Deux Sexes* de 1673, de autoria de François Poulain de La Barre. Consultando esse texto e cruzando-o com os *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* de Nísia Floresta, a autora constatou a presença de trechos literais entre ambos. Isso explicaria a ausência de Rousseau, visto que o filósofo nem havia nascido, quando La Barre escreveu.

Nesse momento de sua pesquisa, Pallares-Burke afirma ter acreditado na possibilidade de salvar o que chamou de “infidelidade criativa” de Nísia Floresta, pois parte do texto ainda poderia ser de sua autoria, visto que alguns trechos se referiam a uma época posterior a La Barre. Entretanto, uma nova descoberta explicou a origem do livro traduzido livremente pela brasileira:

Ela traduziu *literalmente* e na sua *totalidade* um livreto de 1739, intitulado *Woman not inferior to man*, cujo autor ou autora desconhecida se escondia, e ainda se esconde, sob o pseudônimo de Sophia. [...] Enfim, foi o texto de Sophia, plagiado em grande parte do texto de Poulain, que Nísia Floresta traduziu. Em outras palavras, a pretensa tradução livre de Wollstonecraft foi, na verdade, o que poderíamos chamar, na falta de melhor expressão, de plágio-tradução de outro plágio (PALLARES-BURKE, 1996: 177-178, grifos da autora).

Pallares-Burke sugere que o motivo do plágio seria a incapacidade de Nísia Floresta expressar suas próprias concepções. Afirma: “Incapaz de, por si só, desenvolver oposição articulada a um sistema opressor, Nísia teria encontrado no livreto de Sophia a argumentação crítica e construtiva que buscava” (PALLARES-BURKE, 1996: 185). Quanto à atribuição do texto a Mary Wollstonecraft, a autora aponta que a escolha da escritora brasileira foi pautada na admiração que tinha pela filósofa britânica e, também, para agregar o prestígio que os textos e ideias inglesas carregavam, na época.

Constância Lima Duarte, no entanto, questiona o modo como Pallares-Burke apresentou o resultado de suas pesquisas. Advoga: “Não é, portanto, a descoberta da ensaísta que quero contestar. Mas o tratamento e a utilização dados a essas mesmas descobertas, que julgo merecer alguns reparos” (DUARTE, 1998: 253). O incômodo advém dos termos “plágio” e “travessura literária” utilizados por Pallares-Burke.

Duarte (1998: 254) argumenta que seria um “equivoco tentar ler e julgar, hoje, a partir de uma perspectiva redutora e ingênua, algo que foi escrito há cerca de 160 anos, naturalmente submetidos a outros parâmetros, outros conceitos e procedimentos intelectuais”. Plágio, por exemplo, possuía significado diferente no período em que o texto de Nísia Floresta foi publicado, sendo comum a cópia de trechos de um autor por outro, sem que isso gerasse desconfiança sobre seu trabalho intelectual.

Quanto à “travessura literária”, Duarte (1998: 254) afirma que a expressão sugere “um gesto infantil, uma brincadeira impensada, o resultado de um ato inconsequente” de Nísia Floresta. Para a autora, o que Nísia Floresta fez foi “se apropriar e adaptar à realidade brasileira, as muitas ideias a respeito do tema que circulavam na época, e tratar a questão feminina a partir de uma perspectiva nacional” (DUARTE, 1998: 254).

Assim, para Duarte (1998), ao apropriar-se e adaptar as ideias que circulavam a respeito da condição social da mulher, Nísia Floresta intencionava aquilo que foi o projeto que permeou todas as suas obras, ou seja, trazer esclarecimentos para as mulheres e, a partir deles, tornar possível interferir na sociedade da época. Nísia Floresta procurou adaptar a linguagem veiculada no exterior para outra que fosse inteligível na realidade social em que se encontrava.

Duarte (1998) aponta o uso da expressão “tradução livre” e a identificação de Mary Wollstonecraft como Mrs. Godwin como recursos utilizados por Nísia Floresta para desviar-se dos ataques que a autora inglesa costumava sofrer e apresenta a seguinte conclusão:

Por tudo isto, sou favorável a uma outra leitura do episódio, bem diferente da realizada pela ensaísta, que não alcançou a dimensão do gesto nem a astúcia criadora de Nísia Floresta, vendo aí apenas uma ‘travessura’ inconsequente. Nísia apropriou-se, sim, das ideias dominantes na Europa de seu tempo, demonstrando com isto o quanto as conhecia, apesar de residir tão distante [...]. Antes de

ser considerada 'plágio', tal atitude constitui-se num gesto de legítima defesa; numa *apropriação* e numa *desconstrução* de escritos europeus realizadas da perspectiva da *periferia*, visando à construção de um *outro texto*. Ela se apropria dos discursos de Poulain de La Barre e de Catão (manifestações distintas do discurso masculino europeu) para contestar o mesmo discurso masculino, desta vez brasileiro. O gesto de Nísia teve, sim, uma intencionalidade, e esta intencionalidade, já o dissemos, consistia em denunciar as injustas relações sociais de gênero existentes em seu tempo (DUARTE, 1998: 258-259, grifos da autora).

Seguindo essa discussão, Eileen Hunt Botting e Charlotte Hammond Matthews (2014) acrescentam algumas informações importantes. Afirmam que, desde o primeiro século após a publicação de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, não houve evidências de comparações feitas entre o texto de Nísia Floresta e o de Mary Wollstonecraft, pois as cópias da versão brasileira foram consideradas perdidas, até a reedição lançada por Duarte em 1989. Assim, "tal comparação foi finalmente feita e as grandes diferenças entre os dois textos foram reveladas, tanto no conteúdo como no estilo" (BOTTING; MATTHEWS, 2014: 69).⁶

Conhecedoras dos estudos de Pallares-Burke e Duarte sobre o assunto, Botting e Matthews (2014) revelam que, a partir de pesquisas realizadas na Biblioteca Nacional da França em 2011, foi possível desvendar o enigma envolvendo a originalidade do texto traduzido livremente por Nísia Floresta. De acordo com as autoras:

Em 1826, Cesar Gardeton – um prolífico autor de críticas musicais e gastronômicas e, ao que parece, um entusiasta (re)produtor de literatura feminista – publicou um livro intitulado *Les droits des femmes, et l'injustice des hommes*, da Senhora Godwin. Traduzido livremente do inglês, na oitava edição. Este texto é uma reprodução exata, exceto atualizações ortográficas (e título, é claro), da tradução francesa de 1750/51 de *Woman not inferior to man* de Sophia, mencionada acima. Não há dúvida, então, de que esta publicação de 1826 é o texto traduzido por Floresta – título, suposto autor e tudo (BOTTING; MATTHEWS, 2014: 70).⁷

Dessa forma, *Direito das mulheres e injustiça dos homens* (1832) de Nísia Floresta não é uma tradução livre, nem mesmo uma adaptação de *Reivindicação dos direitos das mulheres* (1792) de Wollstonecraft. O livro que Nísia Floresta traduziu em sua totalidade é, na verdade, de autoria de Sophia, intitulado *A mulher não é inferior ao homem*, publicado originalmente em 1739, em inglês e que possui trechos retirados do livreto de Poulain de La Barre.

A confusão entre as edições foi suscitada por Cesar Gardeton, que traduziu o livreto de Sophia do inglês para o francês, mas o identificou como uma versão traduzida livremente do texto de Wollstonecraft. De acordo Botting e Matthews (2014), Nísia Floresta acreditava que o texto

6. "was such a comparison finally made and the vast differences between the two texts were revealed, in both content and style".

7. "In 1826 Cesar Gardeton – a prolific author of musical and gastronomic reviews and, it seems, an enthusiastic (re)producer of feminist literature – published a book entitled *Les droits des femmes, et l'injustice des Hommes*; par Mistriss Godwin. Traduit librement de l'Anglais, sur la huitieme edition. This text is an exact reproduction, barring orthographical updates (and title, of course), of the 1750/51 French translation of Sophia's *Woman not inferior to man* mentioned above. There can be no doubt, then, that this 1826 publication is the text Floresta translated – title, supposed author and all".

era de Wollstonecraft. Argumentam os autores:

Pois a verdade é que Floresta realmente traduziu Wollstonecraft, na medida em que tomou a decisão consciente de traduzir e publicar uma defesa radical da igualdade sexual que ela acreditava ser obra de Mary Wollstonecraft, e assim associar seu próprio nome ao da famosa escritora britânica. Devemos, portanto, concluir que, mesmo aos vinte e dois anos, Floresta entendia o poder de Wollstonecraft como um símbolo do discurso sobre os direitos das mulheres (BOTTING; MATTHEWS, 2014: 71).⁸

Botting e Matthews apresentam evidências de que, tanto Nísia Floresta como seus contemporâneos acreditavam que *Direitos* era uma tradução do texto de Wollstonecraft. É o caso da referência feita a Wollstonecraft por Joaquim Manuel de Macedo em *A moreninha*, publicado em 1844. No romance, o autor cita que a protagonista, Carolina, leu Mary Wollstonecraft, mas as informações que ele destaca estavam presentes em *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. As referidas autoras afirmam:

O que esta referência despreocupada sugere é que Macedo não só leu *Direitos* e sabia quem era ‘Mistriss Godwin’, mas também esperava que seus leitores compartilhassem esse conhecimento. *A moreninha* surgiu no Rio em um momento em que Floresta dirigia uma escola de sucesso para meninas na capital, e apenas seis anos depois que *Direitos* foram colocados à venda ali (BOTTING; MATTHEWS, 2014: 72).⁹

Isso mostra, também, a difusão e recepção ao texto de Nísia Floresta entre os leitores da Corte. É provável que o engano da escritora brasileira tenha se desfeito logo em sua primeira viagem para a Europa, em 1849, de onde retornou em 1852.¹⁰ No ano seguinte, ela publicou *Opúsculo humanitário*, onde faz a única referência direta a Wollstonecraft presente no conjunto de suas obras (FLORESTA, 1853: 27). Engano desfeito ou não, Nísia Floresta passou a ser reconhecida como a responsável por traduzir Wollstonecraft para os brasileiros, de forma que até os dias atuais é identificada como precursora dos direitos femininos no Brasil.

Pallares-Burke voltou discutir o assunto em 2020, com a publicação do artigo Travessura revolucionária, na *Revista Piauí*. A autora relembra a descoberta do estatuto de não originalidade de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, e toda a repercussão negativa recebida. Afirma ter entrevistado que Nísia Floresta tivera, na verdade, contato com o livreto de Sophia, traduzido por Gardeton e assinado como tradução livre de Mrs. Godwin, e não com *Reivindicação dos direitos das mulheres* original.

8. “For the truth is that Floresta did indeed translate Wollstonecraft, insofar as she made the conscious decision to translate and publish a radical defence of sexual equality which she believed to be the work of Mary Wollstonecraft, and thus to associate her own name with that of the famous British writer. We must therefore conclude that, even at the age of twenty-two, Floresta understood Wollstonecraft’s power as a Symbol of discourse on women’s rights”.

9. “What this light-hearted reference suggests is that Macedo had not only read *Direitos* and knew who ‘Mistriss Godwin’ was, but also expected his readers to share that knowledge. *A Moreninha* appeared in Rio at a time when Floresta was running a successful school for girls in the capital, and only six years after *Direitos* had first been put on sale there”.

10. Nísia morou na Europa entre os anos de 1849 e 1852, de 1856 a 1872 e, por fim, de 1875 a 1885, ano de sua morte.

Assim, outras questões envolvendo esse episódio são colocadas em pauta, como o conhecimento que Nísia Floresta poderia ter ou não sobre a autoria original do texto. Pallares-Burke afirma que a escritora brasileira descobriu o texto de Sophia através de Gardeton e acreditou na afirmação falsa de que se tratava de um texto de Wollstonecraft. Ressaltando argumentos adotados anteriormente, ela considera:

De qualquer modo, o que eu disse em 1995 sobre a ‘façanha’ de Nísia Floresta continuo a sustentar hoje: o próprio ato de traduzir Sophia – quer via Gardeton, quer via Sophia e Gardeton juntos – representou, ‘por si só, um ato revolucionário’, pois significou combater corajosamente um sistema patriarcal opressor com valores alternativos e subversivos. A ‘travessura literária’ de Nísia Floresta foi, pois, responsável por uma daquelas felizes ironias da história. O tratado subversivo *Woman not inferior to man*, publicado por Sophia em 1739 (com uma segunda edição em 1743), só seria reeditado na Europa em 1975. Mas na primeira metade do século XIX já podia ser lido pelas sinhazinhas supostamente dengosas e indolentes no Brasil – um país atrasado, aos olhos do europeu civilizado (PALLARES-BURKE, 2020).

Pallares-Burke disponibilizou o livreto de Sophia, *Woman not inferior to man*, em versão digitalizada pela Biblioteca Britânica de Ciências Políticas e Econômicas, o que permite que, comparando-o com *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, se verifique que se trata literalmente do mesmo texto.

Afirmção frequente entre os estudiosos e participantes desse debate é a de que a publicação de *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, por Nísia Floresta, aos 22 anos de idade, evidencia sua genialidade. A capacidade de traduzir o texto de outra língua para o português, e a atitude de disponibilizá-lo aos leitores brasileiros, consciente de que as ideias ali apresentadas iam na contramão daquilo defendido pelos conservadores do seu país, constituem provas da ousadia de Nísia Floresta.

As trajetórias de Mary Wollstonecraft e de Nísia Floresta mostram semelhanças à medida que os seus projetos em defesa da valorização social da mulher se tornam conhecidos. O exemplo da atuação de ambas, cada uma a seu tempo e em seu espaço específico, desafiou a concepção de que mulheres eram intelectualmente inferiores aos homens, indo de encontro a formulações como a seguinte: “elas estão excluídas do gênio, ainda que possam ter acesso à literatura e a certas ciências: esta incapacidade é baseada numa psicologia natural. A mulher é o ser da paixão e da imaginação, não do conceito” (CRAMPE-CASNABET, 1991: 386).

Seus textos questionavam a natureza feminina, a função social das mulheres e sua capacidade intelectual, em tempos em que, no campo filosófico, a mulher era entendida enquanto metade que só poderia estar completa diante da união com o homem. A esse respeito, Michèle Crampe-Casnabet (1991: 372) explica que “o termo metade deve ser antes tomado num sentido funcional: a mulher coopera na reprodução da espécie, é esposa e mãe, filha e irmã; ela possui um estatuto na família e na sociedade”.

Portanto, a participação de mulheres como Mary Wollstonecraft e Nísia Floresta, dentre tantas outras, foi importante para consolidar os direitos das mulheres. Mas, à medida que tais reivindicações surgiam, houve o reforço dos discursos que valorizavam a domesticidade da

mulher. Os maridos eram incentivados para que mantivessem suas esposas no âmbito do lar (GAY, 2001).

O desafio era, primeiramente, provar a existência de racionalidade nas mulheres. Mary Wollstonecraft escrevia com a intenção de provar, não somente a existência da racionalidade nesse gênero, mas que a educação seria o caminho para garantir o uso correto da razão feminina em benefício da humanidade, conforme se depreende do trecho a seguir:

Lutando pelos direitos das mulheres, meu argumento principal é construído nesse simples princípio, que, se ela não for preparada pela educação para se tornar companhia do homem, ela impedirá o progresso do conhecimento e da virtude; porque a verdade deve ser comum a todos, ou então será ineficaz em relação a sua influência na prática geral. E como se espera que a mulher coopere sem que ela saiba por que deve ser virtuosa? (WOLLSTONECRAFT, 2015: 21).

Esse também foi o ideal que levou Nísia Floresta a elaborar o *Opúsculo humanitário*, um tratado em defesa da educação feminina. A brasileira explicita sua intenção ao escrever:

Não nos embala a vã pretensão de operar uma reforma no espírito de nosso país. Por demais sabemos que muitos anos, séculos talvez, serão precisos para desarraigat os herdados preconceitos a fim de que uma tal metamorfose se opere. Esperamos somente que os zelosos operários do grande edifício da civilização em nossa terra atentem para os exemplos que a História apresenta do quanto é essencial aos povos, para firmarem a sua verdadeira felicidade, o associarem a mulher a esse importante trabalho (FLORESTA, 1853: 44-45).

Dessa maneira, fica evidente que ambas acreditavam que a associação entre homens e mulheres garantiria a felicidade da humanidade e o seu progresso. No entanto, a brasileira diferencia o seu projeto daquele defendido por Mary Wollstonecraft., quando afirma: “mas deixemos a Wollstonecraft, Condorcet, Sièyès, Legouvè, etc. a defesa dos direitos do sexo. A nossa tarefa é outra, e cremos que mais conveniente será às sociedades modernas: a educação da mulher” (FLORESTA, 1853: 27-28). Porém, em todo caso, é possível verificar que as diferenças entre os seus projetos são menores do que acreditava Nísia Floresta e, também, que a brasileira era uma leitora de Mary Wollstonecraft.

As discussões em torno da educação feminina tornaram-se intensas a partir do século XVIII, “um tema de reflexão em moda” (SONNET, 1991: 148), permanecendo em pauta durante todo o século XIX. Wollstonecraft defende a educação e a razão feminina em uma sociedade que questiona a validade desses preceitos. E vai mais longe, quando reivindica a educação para benefício da mulher, para garantir a própria felicidade e não somente para agradar aos homens ou para servi-los, uma vez que naquele período “a mulher não tem acesso ao conhecimento para si mesma, mas para tornar a sua presença agradável aos que a rodeiam. Decididamente, ela não é feita para o saber, mas para o prazer e o bem-estar do marido e dos filhos” (SONNET, 1991: 151).

Wollstonecraft critica o estágio da educação feminina de seu tempo, que reforçava a inferioridade das mulheres, bem como o casamento enquanto principal objetivo da existência feminina e seu único lugar de atuação:

A educação das mulheres tem, atualmente, sido mais frequente que antes; no entanto, elas continuam sendo consideradas um sexo frívolo, e ridicularizadas ou vistas com pena por escritores que se empenham por sátira ou instrução, melhorá-las. É reconhecido que elas passam muitos dos primeiros anos de sua vida adquirindo uma pequena parcela de realizações; ao mesmo tempo, o fortalecimento da mente e do corpo são sacrificados em nome de noções libertinas de beleza, no desejo de se estabelecerem – a única forma que as mulheres podem subir no mundo – pelo casamento (WOLLSTONECRAFT, 2015: 29).

De acordo com a filósofa inglesa, o casamento transformava as mulheres em animais e as levava a agir como crianças. Indaga, com indignação: “Certamente esses seres fracos só servem para um harém! Podemos esperar que elas governem uma família com discernimento, ou mesmo conta dos pobres bebês que elas trazem ao mundo?” (WOLLSTONECRAFT, 2015: 29).

A educação defendida por ela estava, portanto, ligada ao papel social que a mulher desempenhava naquele período. Nísia Floresta também reivindicava a educação para mulheres considerando o lugar ocupado por elas em sociedade e a sua função como filha, esposa e mãe. A brasileira afirma que:

A falta de uma boa educação é a causa capital que contribui para que a mulher, no meio da corrupção da sociedade, perca esse norte, o qual não é outro mais que a moral. [...] Todos os que têm escrito sobre a educação da mulher, pregando tão errôneas doutrinas e considerando-a debaixo do ponto de vista puramente material, não tem feito mais que tirar-lhe toda a dignidade de sua natureza. Mulheres assim educadas seriam próprias para fazer as delícias de um harém, mas cremos que nenhuma de nossas brasileiras amará semelhante existência, a não ser a que é indigna de outra mulher (FLORESTA, 1853: 60-61).

Nísia Floresta, assim como Wollstonecraft, destaca o descaso para com a educação feminina por parte dos estudiosos que se ocupavam do assunto e considera, de forma irônica, que as mulheres educadas precariamente serviriam apenas para preencherem um harém. A correspondência entre os pensamentos de ambas reitera a influência da escritora inglesa sobre a brasileira.

As mulheres tinham acesso à educação, também, para se tornarem melhores companhias para os homens, como destaca Sonnet (1991:141) “Haveria pelo menos que ensinar qualquer coisa mais às futuras esposas dos letrados, para que elas pudessem compreender e manter uma conversa”. Recebendo uma educação falha, tais mulheres não poderiam alcançar o reconhecimento social nem mesmo dos seus parceiros.

Nísia Floresta e Wollstonecraft recomendam uma educação que transforme a mulher de serva em companheira do homem. A escritora inglesa critica fortemente a visão de que a educação feminina deve ser subjugada aos interesses masculinos, muitas vezes ligados a paixões sensuais. Afirma:

Porém, não contentes com sua preeminência natural, os homens se empenham em nos afundar ainda mais, meramente para nos tornar objetos atraentes por um momento; e as mulheres, intoxicadas pela adoração que os homens, sob influência de seus sentidos, prestam a elas, não buscam obter um

interesse durável em seus corações, ou de se tornarem amigas de seus semelhantes que encontram deleite em sua sociedade (WOLLSTONECRAFT, 2015: 26).

Nísia Floresta também manifesta sua indignação perante o descaso proposital para com a educação feminina. Destaca:

Repelindo com profunda indignação o princípio daqueles que apresentam a mulher naturalmente inclinada a fixar a atenção do homem pelas graças exteriores, incapaz de reflexão e apta somente para oferecer-lhe agradáveis passatempos, fazemos justiça à maioria dos nossos conterrâneos para pensar que, não eles, mas somente os libertinos podem assim agredir os domínios da razão e profanar a dignidade da virtude (FLORESTA, 1853: 64-65).

A virtude é um assunto caro às duas escritoras. Ambas reconhecem que somente a virtude pode restaurar a humanidade e levá-la ao progresso. Logo, era necessário conduzir a uma educação que propiciasse o desenvolvimento das virtudes femininas, “essa poderosa regeneradora do espírito humano” (FLORESTA, 1853: 70). No entanto, Wollstonecraft (2015: 41) reclama que “as mulheres não são permitidas terem força de intelecto suficiente para adquirir o que realmente merece ser chamado de virtude”. Assim, define o que seria uma educação adequada:

Consequentemente, a educação mais perfeita de todas, em minha opinião, é tanto um exercício do entendimento como é voltada para fortalecer o corpo e formar o coração. Ou, em outras palavras possibilitar ao indivíduo que adquira tais hábitos de virtude, pois irão torná-lo independente (WOLLSTONECRAFT, 2015: 44).

Outro ponto comum entre as duas obras é a crítica aos adornos e à vaidade feminina. Os discursos valorizando a beleza como principal qualidade das mulheres parecia oferecer uma alternativa contra os poderes masculinos. Yvonne Knibiehler (1991: 132) destaca que a beleza “não é apenas útil para incitar o homem ao ato gerador, mas constitui também a arma específica, e legítima, do sexo fraco, que graças a ela pode compensar sua fraqueza, tornando mais dócil o sexo forte”.

Mary Wollstonecraft acreditava que a vaidade levava as mulheres a um estado infantil e de dependência aos homens. Defendia que a vaidade e os adornos constituíam uma prisão para o sexo feminino e explica que esse gosto seria incutido desde a infância:

Ensinadas desde a infância que a beleza é o cetro da mulher, a mente se molda ao corpo, e, perambulando ao redor da jaula reforçada, apenas buscam adornar sua prisão. Os homens têm muitos empregos e buscas que engajam sua atenção, e dão um caráter à mente aberta; porém, as mulheres, confinadas em uma [só busca], e tendo seus pensamentos constantemente direcionados à parte mais insignificante delas mesmas, raramente estendem sua visão para além do triunfo do momento presente. Mas, se o seu entendimento alguma vez fosse emancipado da escravidão que o orgulho e a sensualidade do homem e seu desejo míope, como aquela dominação pelos tiranos, de influência presente, as sujeitaram, nós provavelmente deveríamos ler sobre sua fraqueza com surpresa (WOLLSTONECRAFT, 2015: 73).

A indignação da escritora inglesa foi compartilhada, também, por Nísia Floresta. A brasileira acreditava que os discursos que valorizavam a fraqueza e a beleza femininas apenas endossavam a sujeição das mulheres aos homens. Afirma:

É um absurdo, pois, uma profanação mesmo, pretender-se que essa alma, obra-prima do Criador, [...] consagre o corpo que anima na rápida passagem desta vida, unicamente a fúteis adornos, a graças factícias, para deleitar as horas de ócio de uma criatura sua igual, que vemos ceder mais ao império dos sentidos que ao da razão. Todos esses princípios subversivos, espalhados com tanta profusão por penas mais ou menos hábeis de pretendidos melhoradores da educação da mulher, confirmando o antiquado e funesto prejuízo de que ela deve somente aspirar ao império das graças exteriores, só tem feito com que se aumente o número, já tão considerável, de escravas, procurando iludir despóticos ou fanáticos senhores a fim de haverem, pela fraude, um cetro que elas deveriam conquistar pela razão, se lhes deixassem a liberdade de aperfeiçoar as suas faculdades morais (FLORESTA, 1853: 62-63).

Além de termos semelhantes, é importante observar como Nísia Floresta parece se apropriar dos argumentos já utilizados por Wollstonecraft. Vivenciando uma realidade próxima, apesar das diferenças espaciais e até mesmo temporais entre ambas, as obras evidenciam o desejo de esclarecer que a capacidade intelectual feminina ultrapassava as aparências.

A diferença surge quando Nísia Floresta argumenta que a educação seria essencial para que as mulheres desenvolvessem adequadamente suas funções de filha, esposa e mãe, enquanto Wollstonecraft vê na educação o caminho para felicidade individual da mulher. Afirma:

Conectadas aos homens como filhas, esposas e mães, seu caráter moral pode ser estimado por sua maneira de satisfazer essas tarefas simples; mas o fim, o grande fim de seu empenho, deve ser o desenvolvimento de suas próprias faculdades e a aquisição da dignidade da virtude consciente (WOLLSTONECRAFT, 2015: 50).

Mary Wollstonecraft coloca a mulher no centro de suas reivindicações e defende que o maior benefício da educação para as mulheres seria a sua independência e o resgate de sua dignidade. Ela proclama que “é tempo de realizar uma revolução nas maneiras femininas – tempo de devolver a elas a dignidade perdida – e fazê-las, como parte da espécie humana, trabalhar para que se reformem e assim reformarem o mundo” (WOLLSTONECRAFT, 2015: 74), e reforça: “eu não desejo que elas tenham poder sobre os homens; mas sobre si mesmas” (WOLLSTONECRAFT, 2015: 97).

O protagonismo feminino é reivindicado por Nísia Floresta, anos mais tarde. Se em *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, a jovem escritora declara que as mulheres possuem razão, chegava o tempo de tornar essa racionalidade útil para a humanidade. A mulher, ocupando as funções sociais que lhe cabiam, seria responsável pelo progresso da humanidade, desde que fosse devidamente educada.

Outra crítica compartilhada por Mary Wollstonecraft e por Nísia Floresta é a ideia de que era da natureza feminina agradar aos gostos masculinos. Daí a concepção de que a principal qualidade de uma mulher é sua beleza, uma vez que através dela poderia garantir um bom ca-

samento e uma boa posição social. Sobre esse pensamento masculino, Crampe-Casnabet (1991: 384) afirma que:

Desenvolveram-se então uma quantidade de discursos filosóficos que tratam a arte (natural?) das mulheres para agradarem, subjugarem e, finalmente, dominarem. Assim pensam os homens, numa constante unanimidade. O homem não tem necessidade de agradar, basta-lhe existir para isso: é esta a lei da natureza.

Contrariando tais discursos, Mary Wollstonecraft indaga:

Gracioso Criador de toda raça humana! Tenhas tu criado tal ser como a mulher, quem poderia acompanhar tua sabedoria em teu trabalho, e sentir que tu és sozinho por tua natureza exaltada acima dela, por nenhum propósito melhor? Ela deve acreditar que foi feita somente para se submeter ao homem, seu igual, um ser, que, como ela, foi mandado ao mundo para adquirir virtude? Ela deve consentir em se ocupar meramente para agradá-lo; meramente para adornar a terra, quando sua alma é capaz de se elevar até a ti? E ela deve descansar indolentemente dependendo do homem pela razão, quando deveria com ele escalar o precipício árduo do conhecimento? (WOLLSTONECRAFT, 2015: 103)

Mary Wollstonecraft direciona seus argumentos para alguns filósofos e escritores de sua época, também citados por Nísia Floresta no *Opúsculo humanitário*, dentre eles, Rousseau e John Gregory. A escritora inglesa dedica um capítulo de sua obra para rebater afirmações desses e de outros pensadores.

Acerca de John Gregory, também criticado por Nísia Floresta, a escritora inglesa afirma:

Eu posso ser acusada de arrogância; ainda sim, preciso declarar o que realmente acredito, todos os escritores têm escrito sobre a educação e maneiras femininas, de Rousseau ao Dr. Gregory, tem contribuído para tornarem as mulheres mais artificiais, personagens mais fracas do que seriam em outro contexto; e, conseqüentemente membros mais inúteis da sociedade (WOLLSTONECRAFT, 2015: 45).

Os prejuízos causados pelos escritos do autor também são denunciados por Nísia Floresta, como é possível observar:

Procurando sempre prender-lhe a inteligência, enfraquecer-lhe os sentidos, inabilitam-na para ocupar-se, como devia, antes de tudo do cuidado de purificar o seu coração, o que nunca poderá ela vantajosamente conseguir se sua inteligência permanecer sem cultura. Bem diversas desta doutrina são as de Rousseau e Gregory, quando lhe aconselham o gosto pelos adornos (que ambos pretendem ser natural às mulheres) e embelecer os dotes do corpo, tirando da beleza física e do artifício os meios para subjugar os homens (FLORESTA, 1853: 61).

Assim, é notável a semelhança de ideias e argumentos nas escritas de Mary Wollstonecraft e Nísia Floresta. A brasileira cita no *Opúsculo humanitário* uma passagem da obra da inglesa, comprovando o conhecimento sobre a produção que outrora pretensamente divulgara como “tradução livre”, já aqui discutida. A seguir a citação e o seu correspondente:

Porém, um erro ainda mais funesto vem adornando dos atrativos que podem melhor lisonjear os sentidos e triunfar da razão, sobrestar os progressos da educação do sexo: é o axioma ridículo de que a fraqueza constitui um de seus primeiros encantos. ‘A fraqueza pode excitar e lisonjear o arrogante orgulho do homem, diz uma célebre escritora inglesa, mas as carícias de um senhor, de um protetor, não satisfarão uma alma generosa que quer e merece respeito’ (FLORESTA, 1853: 64).

Wollstonecraft (2015: 54) afirma que: “A fraqueza pode estimular a ternura, e gratificar o orgulho arrogante do homem, mas os afagos insolentes de um protetor não gratificarão uma mente nobre que pede e deseja ser respeitada”. Assim, Nísia Floresta se apropria das afirmações da escritora inglesa para defender seu ponto de vista e construir a sua narrativa, utilizando os argumentos, conforme os julgava úteis ao próprio projeto em prol da educação da mulher brasileira.

Ainda que não seja possível precisar em que momento Nísia Floresta teve contato com a obra de Mary Wollstonecraft, se antes ou após a publicação de seu *Direito das mulheres*, constata-se através da leitura de seu *Opúsculo* que esse encontro ocorreu e deixou boas impressões na escritora brasileira.

Nísia Floresta reproduz argumentos presentes na obra de Mary Wollstonecraft para reforçar os seus próprios argumentos. O projeto elaborado nas páginas de *Reivindicação dos direitos das mulheres* é adaptado por Nísia Floresta à realidade brasileira: é necessário educar as mulheres para que assim possam ser devidamente valorizadas e desempenharem um papel útil na sociedade em que estão inseridas. Para Mary Wollstonecraft, a independência da mulher é o principal fim da educação, enquanto Nísia Floresta enxerga o desempenho das funções de filha, esposa e mãe como a principal finalidade da educação feminina.

REFERÊNCIAS

BOTTING, Eileen Hunt; MATTHEWS, Charlotte Hammond. Overthrowing the Floresta-Wollstonecraft Myth for Latin American Feminism. *Gender & History*, v. 26, n. 1, p. 64-83, abr. 2014.

BOTTING, Eileen Hunt. *Wollstonecraft, Mill, and women’s human rights*. New Haven: Yale University Press, 2016.

CÂMARA, Adauto. *História de Nísia Floresta*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1990.

CRAMPE-CASNABET, Michèle. A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. In: DAVIS, Natalie Zemon; FARGE, Arlete. [Dir.] *História das mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afrontamento, 1991.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta: incompreensão em relação à sua genialidade. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 26, n. 2, p. 253-260, jul./dez. 1998.

DIAS, Luma Pinheiro; QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Nísia Floresta e a experiência da escrita feminina no século XIX. In: SILVA, Meire Oliveira (org.). *Protagonismos de mulheres nas artes e na sociedade: da representação à resistência*. Tutóia: Diálogos, 2021. (Protagonismos de mulheres nas artes e na sociedade. v. 1). Disponível em: <http://www.editoradiálogos.com/livros/protagonismos-de-mulheres-nas-artes-e-na-sociedade-da-representacao-a-resistencia-vol-1/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

DIAS, Luma Pinheiro. *Nísia Floresta e a escrita em defesa da educação feminina nos Oitocentos*. 2017. 166 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. Rio de Janeiro: Tipographia de M. A. Silva Lima, 1853.

FLORESTA, Nísia. *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Cortez: 1989.

FRAZÃO, Dilva. Edmund Burke. In: EBIOGRAFIA. 2021. Disponível em: https://www.ebiografia.com/edmund_burke/. Acesso em: 15 jan. 2022.

GAY, Peter. O poderoso sexo frágil. In: GAY, Peter. *O cultivo do ódio: a experiência burguesa da rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GORDON, Charlotte. *Mulheres extraordinárias: as criadoras e a criatura*. Rio de Janeiro: Dark-Side Books, 2020.

KNIBIEHLER, Yvonne. Corpos e corações. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle [Dir.]. *História das mulheres no Ocidente: o século XIX*. Porto: Afrontamento, 1991.

MARGUTTI, Paulo. Nísia Floresta e a questão da autoria de Direitos das mulheres, injustiça dos homens. *Annales*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 5-28, 2017.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A Mary Wollstonecraft que o Brasil conheceu, ou a travessura literária de Nísia Floresta. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Nísia Floresta, o carapuceiro e outros ensaios de tradição cultural*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Travessura revolucionária: uma teia de erros em torno da feminista Nísia Floresta, nascida há 210 anos. *Revista Piauí*, out. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/travessura-revolucionaria/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SOIHET, Rachel. Nísia Floresta e mulheres de letras no Rio Grande do Norte: pioneiras na luta pela cidadania. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 13 (1), p. 179-199, jan./abril. 2005.

SONNET, Martine. Uma filha para educar. In: In: DAVIS, Natalie Zemon; FARGE, Arlete. [Dir.] *História das mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afronta-

mento, 1991.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos das mulheres: o primeiro grito feminista*. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MIRANDA, Daniel M. Brevíssima contextualização histórica e biográfica. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos das mulheres*. São Paulo: EDIPRO, 2015. p. 9-10.